

“Nem inferno verde nem um paraíso perdido”: o papel da Amazônia no pensamento geopolítico de Golbery do Couto e Silva e Carlos de Meira Mattos (1950-1975)

Gabriel Felipe Oliveira de Mello

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

Recebido em: 11 dez. 2023

Aprovado em: 20 mar. 2024

Publicado em: 16 maio 2024

Resumo

Este artigo analisa a figuração da região amazônica no pensamento geopolítico dos intelectuais militares Golbery do Couto e Silva (1913-1987) e Carlos de Meira Mattos (1913-2007) entre as décadas de 1950 e 1970. A hipótese central do trabalho parte do entendimento que antes de representar apenas uma região no sentido geográfico, a Amazônia possuiu um caráter simbólico e determinante na produção do pensamento geopolítico brasileiro do pós-II Guerra Mundial. Essa mobilização estava intrinsecamente relacionada ao conceito de desenvolvimento e a um imaginário político, constituído por uma forte ideia de tempo futuro, que pode ser denominado de “Brasil potência”. Dito isto, esta reflexão procura contribuir para o esforço de entendimento de temas como “sertão”, “conquista do oeste” e “fronteiras”, mas inovando na medida em que o enfoque recai sobre o papel da floresta amazônica no pensamento político brasileiro. É justamente sobre essa última questão que este trabalho se debruça, procura demonstrar como a “Amazônica”, enquanto espaço simbólico, figurou na reflexão de intelectuais militares brasileiro do período do pós-Guerra.

Palavras-chave: Amazônia. Desenvolvimento. Geopolítica. Intelectuais.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

* Doutorando em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Mestre em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro; graduado em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: oliveiramellogabriel@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-2486-5573>

 <https://lattes.cnpq.br/4304028248000706>

“Neither a green hell nor a lost paradise”: the Amazon 's representation in the geopolitical thinking of Golbery do Couto e Silva and Carlos de Meira Mattos (1950-1975)

Gabriel Felipe Oliveira de Mello

Federal University of Rio de Janeiro
Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brazil

Received: 11th Nov. 2023

Approved: 20th Mar. 2024

Published: 16th May 2024

Abstract

This article analyzes the representation of the Amazon region in the geopolitical thinking of military intellectuals Golbery do Couto e Silva (1913-1987) and Carlos de Meira Mattos (1913-2007) between the 1950s and 1970s. The central hypothesis of the work is based on the understanding that before representing just a region in the geographical sense, the Amazon has a symbolic and decisive character in the production of Brazilian geopolitical thinking in the post-World War II period, being intrinsically related to the concept of development and to a political imaginary, constituted by a strong idea of future time, which can be called "Brazil power". That said, this reflection seeks to contribute to the effort to understand themes such as "sertão", "conquest of the west" and "frontiers", but innovates in that it focuses on the role of the Amazon rainforest in Brazilian political thought. It is precisely this last issue that this paper deals with, seeking to demonstrate how the "Amazon", as a symbolic space, figured in the thinking of Brazilian military intellectuals in the post-war period.

Keywords: Amazon. Development. Geopolitics. Intellectuals.

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 001

* PhD candidate in Social History at the Federal University of Rio de Janeiro. MA in Social History from the Federal University of Rio de Janeiro; BA in History from the State University of Rio de Janeiro. Email: oliveiramellogabriel@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-2486-5573>

 <https://lattes.cnpq.br/4304028248000706>

A Amazônia não é um inferno verde nem um paraíso perdido! Mas, sim, uma vasta área onde toda uma geração espera ansiosa e confiante o esplendente alvorecer de um amanhã fecundo, diferente e promissor. É tempo, na verdade, de o homem comandar a vida na Amazônia, deixando de escravizar-se ao rio, como secularmente vem acontecendo. [...] É tempo de mudarmos essa imagem. O que queremos é uma Amazônia integrada, mas para sempre brasileira (Mattos, 1980, p. 29-30).

Nos últimos anos a Amazônia tem sido um tema recorrente em noticiários, redes sociais e fóruns internacionais. Em grande medida por sua importância intrínseca ou mesmo pela constante destruição que vem sofrendo através da ação humana irresponsável. Em artigo de fins da década de 1990, José Murilo de Carvalho (1998) demonstrava que o critério mais aceito pela população brasileira como símbolo da positividade e da grandiosidade do Brasil estava justamente na sua flora. Um distintivo do orgulho nacional assentava-se numa visão positiva da grandiosidade das florestas brasileiras. Daí a relevância e a importância de trabalhos que procuraram refletir sobre esses espaços, não só a partir de aspectos político sociais recentes, mas também como essas localidades, sobretudo a amazônica, figuraram no pensamento político e social brasileiro ao longo de determinados períodos históricos.

No que se refere a produção acadêmica da área de história e ciências sociais, temas como "fronteiras", "sertão" e "espaço" já há algumas décadas vêm sendo objeto de análise por parte de importante bibliografia que se debruça em analisar o pensamento intelectual brasileiro. Para citar algumas mais conhecidas temos: Amado (1995); Lima (1999); Wegner (2000); Oliveira (2000); Maia (2008) e recentemente o livro de Luiz Feldman (2023). No caso específico da relação entre o pensamento militar e a região amazônica, que este artigo pretende se debruçar, é possível também citar alguns trabalhos pioneiros, como os de Miyamoto (1995) e Becker (2005), mas também reflexões como as de Diniz (1994), Cavalcante (2014); Franklin (2014) e Castro (2006).

Apesar das obras citadas acima, quando observada uma perspectiva do campo da historiografia, sobretudo, da história intelectual, os temas citados ainda carecem de maior atenção, principalmente em relação à representação da região amazônica no pensamento geopolítico brasileiro. É justamente a partir desse quesito que este artigo parte, sendo uma reflexão amparada no campo da História intelectual e dos estudos do pensamento político brasileiro.

No que se refere ao pensamento geopolítico, que será melhor discutido ao longo do artigo, é possível compreendê-lo como um campo de estudos que surge em fins do século XIX que mobiliza conceitos, categorias e temas das diversas áreas das ciências humanas, sobretudo da geografia. Nesse sentido, as ferramentas teórico-metodológicas das ciências humanas são instrumentalizadas para a lógica da expansão do Estado (Miyamoto, 1995, p. 12). A Geopolítica

seria um saber engajado, aliado à ação estatal no que se refere a sua política interna ou externa. No caso do Brasil, esse tipo de reflexão teve suas primeiras expressões nos trabalhos do engenheiro fluminense Everardo Backheuser nos anos de 1920.

Dito isto, é justamente em vista de contribuir com os estudos do campo da história intelectual que este trabalho analisa a figuração da região amazônica no imaginário geopolítico dos intelectuais militares Golbery do Couto e Silva (1911-1987) e Carlos de Meira Mattos (1913-2007) entre as décadas de 1950 e 1970. Este artigo parte da hipótese central de que antes de representar apenas uma região no sentido geográfico, a Amazônia foi encarada a partir de um caráter simbólico, compondo um espaço importante na produção do pensamento geopolítico militar brasileiro do período posterior a II Guerra Mundial (1939-1945). Esse aspecto metafórico mencionado acima esteve relacionado intrinsecamente aos conceitos de desenvolvimento e modernização, sendo embasado em um imaginário político, constituído por uma forte ideia de tempo futuro, que pode ser denominado de “Brasil potência”.

A conquista da Amazônia e a uniformização do tempo nacional

A metáfora antes de ser apenas um recurso estético-literário retrata um sentido importante para a compreensão da linguagem política, indicando determinado imaginário e mesmo aspectos valorativos e afetivos. Aspectos esses que muitas vezes os conceitos políticos pura e simplesmente não conseguem transmitir (Sebástian, 2021, p. 319). Esse entendimento é importante, pois ajuda a melhor compreender o trecho acima que abre este trabalho. O fragmento é oriundo de um relato do então general Rodrigo Octávio Jordão Ramos (1910-1980). O militar atuou como comandante do Comando Militar da Amazônia (CMA) entre 1968 e 1970, tendo dirigido também a Escola Superior de Guerra (ESG) ao longo do ano de 1971.¹ Na fala do general observa-se em grande medida uma síntese dos pontos centrais do imaginário geopolítico militar que será discutido ao longo deste artigo.² Concepções como a ideia de ocupação das fronteiras, tempo futuro como algo promissor, integração e necessidade da ação humana no controle do mundo natural encontram-se condensadas na

1 A ESG foi criada em 1948 tendo como inspiração os *war colleges* estadunidenses e serve até os dias atuais como um estabelecimento de ensino de altos estudos voltados para os estudos da geopolítica, desenvolvimento e segurança. Segundo o dicionário político do CPDOC-FGV: “A Escola Superior de Guerra foi subordinada à Presidência da República através do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA). Entre os propósitos que presidiram sua fundação estava o de se tornar uma agência socializadora das elites brasileiras, militares e civis em torno de questões referentes à segurança e desenvolvimento do país, numa espécie de foro acadêmico” (CPDOC-FGV, 2023). Ver também Arruda (1983).

2 O trecho em questão encontra-se presente no livro *Uma Geopolítica pan-Amazônica* (1980) do também general Carlos de Meira Mattos (1980, p. 29). As informações sobre o oficial militar podem ser encontradas na coletânea de informações do Superior Tribunal Militar (2019).

citação acima.

Como é possível notar no relato, o general Jordão Ramos faz uso de três metáforas importantes para descrever a região amazônica: "inferno verde"; "paraíso perdido" e "escravizar-se ao rio". Numa leitura mais atenta percebe-se que esses termos acabam por denotar aspectos importantes da compreensão pessoal do militar sobre a região amazônica e do imaginário geopolítico sobre essa localidade. O uso das metáforas contribui diretamente para o sentido principal do trecho. Nesse caso, a Amazônia é vista sem pessimismos ou idealizações, poderia ter sua condição natural alterada em vista de um futuro promissor, ligado justamente à sua integração ao território e à economia nacional.

Na perspectiva do militar, a Amazônia seria muito mais que uma local ou uma parte da geografia e da cultura do país, poderia ser entendida como uma possibilidade, um caminho para outro estado de coisas. Não por acaso, a mobilização da região nesses textos pode ser compreendida a partir da chave figurativa, como um símbolo ou mesmo uma metáfora ligada a uma clara concepção de tempo. Uma simbologia da possibilidade de realização do futuro promissor e grandioso de um Brasil desenvolvido. Para a realização desse projeto seria necessário "o homem comandar a vida na Amazônia, deixando de escravizar-se ao rio, como secularmente vem acontecendo" (Ramos *apud* Mattos, 1980, p.29). Ou seja, por ser vista como um meio para o futuro, a região amazônica deveria ter uma "utilidade", uma função prática aliada a uma atividade econômica comandada pela racionalidade humana.

A manutenção em estado natural não atenderia os interesses do Brasil e de sua projeção futura. Sendo assim, a localidade deveria ser ocupada e explorada "racionalmente" através do trabalho e de atividades tidas como produtivas, administradas pelas mãos humanas, em vista de realizar desta forma a chamada "integração ao território nacional". A partir das questões elencada e pensando numa perspectiva da multiplicidade dos estratos temporais, conforme chave proposta por Reinhart Koselleck (2014), é possível afirmar que as diversas temporalidades existentes na Amazônia deveriam ser submetidas e sincronizadas a um só tempo, o da nação, baseado numa lógica modernizadora e antropocêntrica capitaneada pela corporação militar.³

Não é um absurdo afirmar que o trecho, apesar de ser uma fala pessoal do general Ramos, representa em grande medida parte de um imaginário militar sobre a região amazônica no período do pós-Guerra. Embora não seja também um relato do próprio general Carlos de Meira Mattos, a passagem espelha bastante o pensamento do autor, uma vez que o próprio utiliza como exemplo e conclusão dos seus argumentos apresentados ao longo do

3 O historiador Rodrigo Turin em recente artigo denominado "Brasil, país do futuro? Conflitos de tempos e historicidade no Brasil contemporâneo" (2022), estabelece uma reflexão próxima do apontamento que estamos realizando nesta reflexão. Para o historiador, a ideia recorrente de futuro mobilizada, direta ou indiretamente, na produção de boa parte do pensamento político brasileiro acaba servindo para hierarquizar e unificar as variadas temporalidades sob o signo do conceito de nação, excluindo assim outras temporalidades como as dos povos originários (*Ibidem*, p. 95-96).

primeiro capítulo de seu livro *Uma Geopolítica Pan-Amazônica* (1980). Neste livro, que será melhor discutido a frente, o oficial militar mobiliza o pensamento geopolítico para analisar a região amazônica. O autor parte do histórico da ocupação da região pelos portugueses e chega a propor uma série de ações governamentais no sentido de alcançar o objetivo de ocupação e transformação do espaço da floresta em algo "produtivo" que contribua para a construção do "Brasil grande".

Nesse sentido, o uso do trecho acaba também por demonstrar como o pensamento formulado ou presente nos livros de Carlos de Meira Mattos e Golbery do Couto e Silva não foram apenas fruto da produção de intelectuais isolados na corporação militar ou de meros professores da Escola Superior de Guerra (ESG). Constituíram desta maneira um imaginário maior, constituído através de uma interação entre as ideias organizadas e difundidas por intelectuais, mas também presentes em oficiais do cotidiano. Fato esse que demonstra a circularidade dessas ideias na instituição até se tornarem um senso comum interno desta corporação militar.

Dois exemplos da questão do imaginário militar sobre a Amazônia podem ser encontrados no livro *Amazônia e defesa nacional* (2006), organizado pelo pesquisador Celso Castro. Em artigo com Adriana Barreto, sobre histórico militar na Amazônia, os dois autores citam o trecho da fala do general Zenildo Lucena, que em uma palestra nos EUA afirmou que a Amazônia é o "destino manifesto do Brasil" (Castro; Barreto Souza, 2006, p. 31). O também pesquisador Piero Leiner, em artigo do mesmo livro, aponta a existência de um número considerável de monografias defendidas na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), entre fins dos anos 1980 e início de 1990, sobre a importância da Amazônia e sua relação com o Exército brasileiro (Leiner, 2006, p.143-159).

No que se refere diretamente aos autores aqui mobilizados e compreendidos como intelectuais militares, tanto Golbery do Couto e Silva (1911-1987), quanto Carlos de Meira Mattos (1913-2007), possuem trajetórias de início de carreira com alguma semelhança.⁴ Couto e Silva nasceu no estado do Rio Grande do Sul e Meira Mattos em São Paulo, ambos no início

4 Utilizaremos ao longo deste trabalho o termo "intelectual-militar" como uma forma de compreender o lugar social desses autores. O reconhecimento da dimensão militar não é um mero capricho, nem mesmo um endosso à dicotomia "paisanos versus militares", muito pelo contrário, procura demonstrar como o aspecto "militar" contribuiu para a constituição de determinadas premissas e entendimento, assim como é central para a compreensão das ideias mobilizadas e produzidas por esses homens. Neste artigo, para desenvolver a noção de "intelectual militar", nos baseamos nas reflexões de Antônio Gramsci para a melhor entendimento da ação desses agentes sociais, compreendendo que "todo grupo social tem uma própria camada de intelectuais ou tende a formar uma para si" (2012, p. 262). Utilizamos também na noção de "intelectocratas" proposta por Daniel Aarão Reis (2006, p. 13). Nesse sentido, os oficiais militares aqui estudados exerceram papel de intelectuais orgânicos da corporação militar, vinculados ao aparelho de Estado, propagando desta forma determinada visão de mundo, assim como ajudando a organizar certa concepção de Estado-nação.

da década de 1910. No caso do oficial paulista, apesar de só ter adentrado às fileiras do Exército após participação na denominada "Revolução de 1932", também cursou a Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro, assim como Golbery. Ambos os militares tiveram

participação na Força Expedicionária Brasileira (FEB) na II Guerra Mundial (1939-1945). Embora seja verdade que o oficial sulista tenha frequentado a Escola do Estado Maior do Exército já no ano de 1941, tendo sido enviado aos EUA em 1944 para estagiar na escola do *Fort Leavenworth*, já Meira Mattos possuiu uma atividade mais orgânica dentro da FEB.⁵

Após a Guerra ambos ocuparam cargos importantes na hierarquia e na administração militar, tendo participação ativa na conspiração para a derrubada do governo trabalhista de João Goulart (1961-1964), integrando desta maneira ativamente o governo do primeiro presidente-ditador Humberto Castello Branco (1964-1967). Golbery foi o organizador do Serviço Nacional de Informação (SNI), órgão de inteligência e repressão da Ditadura civil-militar, enquanto Meira Mattos comandou a Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). Em fins da década de 1960, ambos frequentaram a Escola Superior de Guerra (ESG), sendo o oficial paulista professor de Geopolítica da instituição. Golbery voltou a atuar diretamente no governo brasileiro na gestão dos presidentes-ditadores Ernesto Geisel (1975-1979) e João Baptista de Oliveira Figueiredo (1979-1985).

Em *Geopolítica do Brasil*, livro publicado originalmente em 1966 e que reúne artigos escritos e publicados ao longo da década de 1950 e início de 1960, Golbery do Couto e Silva estabelece uma discussão sobre o que denomina de "categorias geopolíticas fundamentais e realidade brasileira" (1981, p. 34-95). Tratando basicamente de uma análise de aspectos geográficos do Brasil. O que o autor denomina de análise do "espaço brasileiro", portanto relativo ao estudo do território nacional. Para o militar, existia uma porção do país que ainda precisaria ser "realmente incorporada à nação" (Silva, 1981, p. 43). Essas áreas fariam geograficamente parte das delimitações do Brasil, porém em termos de integração econômica encontravam-se apartadas do todo nacional. O país vivenciava um problema sério de áreas supostamente desabitadas, onde "pouco mais de um terço da área total do país, e a oeste, o simples domínio, o Brasil marginal, inexplorado em sua maior parte desvitalizado pela falta de gente e de energia criadora" (*Idem*).

Nessa perspectiva, o território nacional apesar de ter fronteiras externas bem delimitadas, não seria completamente habitado e aproveitado em termos econômicos e políticos, sendo principalmente o Centro-Oeste e Norte carentes de ocupação humana. As regiões citadas pelo militar são encaradas como um espaço apartado do restante do país, embora no mapa geográfico façam parte do território brasileiro, em termos de conexão econômica e cultural seriam distantes da "nação brasileira". Nem mesmo o pertencimento geográfico, organizado através de tratados de fronteira, estaria completamente garantido

5 As informações sobre a trajetória de ambos os autores podem ser encontradas no *Dicionário Bibliográfico do CPDOC-FGV* (2023), ver também Freitas (2004).

sem a existência de “civilização humana” nessas áreas. A inexistência de ocupação e integração era vista como um risco constante para a segurança nacional brasileira. Uma vez que possibilitava a invasão de alguma outra nação, assim como a infiltração de agentes externos do comunismo internacional. Esse último aspecto bem expressivo da mentalidade da Guerra Fria.

Na perspectiva do militar, a civilização brasileira estava concentrada no litoral, a estrutura de Estado só existiria de fato nessas localidades e não adentrava em regiões como o centro-Oeste e a Amazônia, reproduzindo assim uma premissa constantemente mobilizada no pensamento político brasileiro. Não é uma novidade em nossa história intelectual o enfoque na questão do vazio dos “sertões” e na necessidade de ocupação humana, neste caso materializado na região amazônica. Como bem aponta Luiz Feldman (2023), para além das costumeiras divisões estabelecidas sobre as linhagens do pensamento político brasileiro, é possível apontar também duas tendências. Uma que apontaria um certo “sentido” da brasilidade em direção aos chamados sertões, ou seja, para dentro do território, de forma telúrica. E uma segunda perspectiva, que confere enfoque e sentido no além-mar, no estrangeiro, numa lógica talássica (Feldman, 2023, p. 18).⁶

Dessa maneira o pensamento brasileiro estaria marcado por dois paradigmas. Aquele que enxerga o sentido da brasilidade na necessidade de ocupação do interior, metaforicamente representado nos “sertões” e aquele que aponta a necessidade da abertura, do contato com os outros povos além-mar. Um outro exemplo a ser citado está no período Imperial brasileiro, nas reflexões do político conservador Paulino Soares de Souza, o visconde de Uruguai (1807-1866). Para esse autor, o Estado brasileiro seria grande no litoral e raquítico no sertão, podendo ser representado como um corpo humano. A cabeça seria gigante na fronteira marítima e magérrimo no interior (Coser, 2008, p.148).

Nessa lógica do Visconde de Uruguai, áreas como o Centro-Oeste e o Norte Amazônico são vistas como lugares distantes dos centros político-econômicos, locais que devem ser ocupados, pois seriam desprovidos de trabalho, de ação humana e mesmo de História. Fato esse bem próximo da perspectiva de Golbery do Couto e Silva, onde “no campo interno, a problemática geopolítica resume-se na incorporação efetiva e vitalização de todo o amplo domínio, em grande parte ainda vazio do homem e da civilização fecundadora” (Silva, 1981, p. 92).⁷

6 O próprio trabalho de Nísia Trindade, *Um sertão chamado Brasil* (2013), analisa de forma profunda a ideia de sertão a partir do aspecto simbólico, como um marcador de concepções sobre o Brasil e seu processo de modernização.

7 Saquarema foi uma forma de denominar o Partido Conservador e seus membros no período do Segundo Reinado (1840-1889). Os saquaremas foram importantes na construção do Estado imperial a partir de uma lógica conservadora baseada na centralização político-administrativa, defenderam a manutenção da escravidão como base da economia agrária brasileira, seu fim deveria ocorrer de forma lenta e gradual. Os conservadores foram críticos da defesa do federalismo defendida pelos Liberais. Cf. Mattos (2004).

No entendimento do general gaúcho, o pensamento geopolítico teria como um de seus objetivos contribuir teoricamente para o processo de ocupação e modernização dos "sertões". Como é possível notar, há certa semelhança de perspectiva entre o militar e o líder saquarema do século XIX. Para ambos, determinadas localidades constituem uma espécie de "não lugar", possuindo um caráter paradoxal de pertencimento e não pertencimento ao Brasil. A delimitação geograficamente precisa importa menos ante ao aspecto metafórico e simbólico.

O intelectual militar aponta que seria preciso "inundar de civilização a Hiléia amazônica, a coberto dos nódulos fronteiros, partindo de uma base avançada construída do Centro-Oeste" (*Idem*). Observa-se novamente a concepção que lugares como a região amazônica seriam marcadas pela suposta ausência de ação humana e de poder constituído, representando desta forma um problema duplo: impediam o desenvolvimento nacional e, portanto, o futuro do Brasil.

Um ponto a ser ressaltado está justamente na ausência de menção aos povos originários ou mesmo ribeirinhos, constantemente ressalta-se a baixa ocupação humana ou a ausência dela. É como se essas populações pouco importassem na equação, mesmo em trecho que há menção à existência de população local, é sempre ressaltado como "baixa ocupação", subdesenvolvida e precária, que não contribui para o processo de desenvolvimento nacional e ainda gera problemas da ordem da segurança nacional. Nessa lógica da geopolítica militar, o "indígena é visto como empecilho, porque não pensa na categoria Estado, ou seja, as lealdades indígenas não passam pelo Estado, mas sim pelas tribos" (Miyamoto, 1990, p. 53). Os povos indígenas são vistos como um entrave à constituição do Estado e a integração nacional. Esse diagnóstico autoritário não fica restrito ao oficial sulista, o paulista Carlos de Meira Mattos mantém um pensamento próximo sobre a Amazônia, afirmando que:

São características naturais predominantes do espaço amazônico - o império das águas, a planície inundável, a floresta tropical e o homem apequenado e imobilizado pela natureza, tudo sob o signo da imensidão. Este é o desafio a vencer. Este desafio, visando a transformar o espaço geográfico amazônico em espaço econômico vem sendo tentado desde os tempos do Brasil Colônia (Mattos, 1980, p. 80).

O trecho acima, assim como certa perspectiva presente em Golbery do Couto e Silva, volta a mobilizar uma visão paradoxal, mesmo dualista sobre a constituição da geografia nacional. O espaço natural amazônico é visto como exuberante, como algo que torna os homens seres pequenos. Não obstante, ao mesmo tempo, a grandiosidade natural representa um entrave, um problema para o próprio aproveitamento racional humano do local. Daí a necessidade baseada quase numa ideia de urgência de aproveitar racionalmente a região através da ação humana, transformando a localidade em "espaço econômico", disciplinando o mundo natural em vista do bem maior da nação.

Essa perspectiva do espaço amazônico como um lugar de transição, marcado por certo aspecto paradoxal, também não é incomum no pensamento brasileiro. No artigo "A conquista do espaço: sertão e fronteira no pensamento brasileiro" (1998), Lúcia Lippi analisa o imaginário sobre os "sertões" e afirma que "o lugar geográfico ou social identificado como sertão acompanha este caminho que recebe ora uma avaliação positiva, ora negativa" (Oliveira, 1998, p. 196). Nesse sentido, seria possível falar de três tipologias que aparecem na literatura e no pensamento brasileiro.

Uma perspectiva parte da concepção do sertão como inferno, como aquele local marcado pela perdição, pela ausência de normas e regras, que leva os homens à morte. Posição em grande medida mobilizada por Euclides da Cunha, como bem lembra a socióloga. Uma segunda posição, que seria justamente o inverso da primeira, o "sertão paraíso". Que se apresenta como forma de superação dos problemas, como expressão verdadeira da cultura. E por último, o entremeio, o sertão como purgatório, visto como "lugar de passagem, de travessia, definido pelo exercício da liberdade e da dramaticidade da escolha de cada um. [...] lugar de penitência e de reflexão, como reino a ser desencantado e decifrado" (Oliveira, 1998, p. 200).

No caso da produção dos militares citados, há uma proximidade com a posição do inferno, bem marcada na produção de Euclides da Cunha, autor apropriado e lido por militares como Golbery, mas é possível observar também certa semelhança com a lógica do purgatório. A Amazônia é o sertão que pode ser redimido, que possui uma capacidade de transição. Apesar de ser visto como espaço marcado pelo atraso, pela ação das forças naturais que comprimem o homem, também seria o local onde é possível chegar ao caminho de superação do dito atraso brasileiro, alcançando o futuro promissor a partir da exploração dos recursos naturais da região.

Como afirma o militar paulista, a Amazônia é uma epopeia para o desenvolvimento e para o futuro do Brasil, uma "batalha tantas vezes tentada e tantas vezes frustrada" (Mattos, 1980, p. 81), pois o "grande desafio amazônico, nos dias de hoje, resume-se na solução de dois problemas – desenvolvimento e ocupação" (*Idem*). Nota-se como a percepção sobre a Amazônia, mobilizada pelos intelectuais militares, é também parte de um imaginário sobre a organização de um determinado tipo de Estado-nação. Essa questão que este artigo pretende responder de forma mais detalhada na segunda parte.

A região amazônica ganha um caráter simbólico, representando um meio para alcançar o futuro promissor de grande potência desenvolvida geopolítica, uma vez que a "ação civilizadora leva à potencialidade" (Mattos, 1975, p. 15).⁸ No caso do general Carlos de Meira

8 Em síntese, segundo o próprio general e intelectual militar Carlos de Meira Mattos citando Arnold Toynbee, grande potência seria aquele país com "uma força política que exerce seu poder coordenador num campo de ação maior do que o da sociedade que lhe serve de base". O autor acrescenta ainda, também se baseando no autor alemão Hans Morgenthau que existiriam sete fatores que expressam o poder político: geografia, recursos naturais, capacidade industrial, grau de eficiência militar, população, caráter nacional, moral nacional e aptidão diplomática (Mattos, 1975, p. 69-73).

Mattos, a preocupação sobre o espaço amazônico ganha uma conotação mais ampla se comparável aos textos de Golbery do Couto e Silva. O oficial paulista chega a publicar textos ao longo da década de 1970, momento de implementação de projetos como a Transamazônica. Esses artigos sobre a região amazônica foram publicados em 1980 em livro já citado, *Uma geopolítica pan-amazônica*.

Para Meira Mattos, qualquer política para o território amazônico deveria levar em conta não só as demandas internas brasileiras, mas compreender que essa localidade só poderia ser pensada a partir de um prisma maior, conjuntamente aos outros países amazônicos da América do Sul. Por isso o militar se refere a uma política "Pan-amazônica", compreendendo que por abranger diversos países, a Amazônia não seria exclusivamente domínio do Brasil. Apesar dessa proposta num primeiro momento ter colorações integradoras com outros países vizinhos, logo se mostra certo limite quando a liderança hegemônica brasileira é ressaltada. A Amazônia deve ser pensada a partir de um aspecto mais amplo, porém sempre compreendendo que pelo fato da maior parte está compreendida no território brasileiro, a liderança sempre deveria ser do Brasil. A Amazônia, por excelência, é assunto brasileiro e área de influência do país.

Essa integração com os "países amazônicos" sob liderança brasileira deve ocorrer não por mero idealismo integracionista, mas sim por questões objetivas imediatas pois, "integrar a pan-amazônia será obra hercúlea, de leal cooperação, a ser impulsionada desde já. Dadas a extensão da área a integrar, as dificuldades inerentes à sua natureza, [e] a fraqueza de seu povoamento" (Mattos, 1980, p. 169). Novamente o autor estabelece uma relação entre domínio e o controle da terra com a realização de um tempo futuro. Nesse caso relacionado a um aspecto de grandiosidade não só para o Brasil, mas para toda a América do Sul amazônica. Uma vez que "o tempo amazônico, agora coordenado por 8 nações, virá, inevitavelmente, provocar o despertar das forças interiores do continente, levantará os impulsos e as energias de sua continentalidade adormecida" (*Ibidem*, p. 163). Como é possível observar, o domínio do ente natural pela ação humana é condição fundamental para a realização de um tempo futuro tido como promissor. É justamente esse fato que a segunda parte deste artigo pretende explicar.

O fermento ideológico da corporação: algumas explicações possíveis.

Os argumentos dos dois oficiais estão organizados a partir de duas premissas centrais: a concepção de "expansão para dentro" ou "expansão interna" e a ideia de "aproveitamento racional dos recursos naturais". Essas duas perspectivas caminham juntas, estão assentadas na concepção de domínio territorial, acabam por embasar certa noção de desenvolvimento, modernização e futuro dos autores. Daí a perspectiva de "integrar" o centro-Norte seria justamente a exploração as riquezas naturais que poderiam ser encontradas nessas regiões. Esses supostos potenciais minerais e agrícolas deveriam ser rapidamente descobertos e

explorados "racionalmente" visando a sua incorporação à economia nacional, não desperdiçados, possibilitando desta forma a expansão do desenvolvimento nacional e a construção do Brasil enquanto uma "grande potência". O território é enxergado como um ente nacional que só passa a ter sentido a partir da ocupação humana e de sua exploração mercantil, o solo é sempre pensado numa lógica utilitarista.

Demonstrada a existência de um forte imaginário territorialista no pensamento geopolítico dos autores analisados, assim como a figuração da região da Amazônia, tida como uma espécie de "sertão do Norte", vista como local exuberante, potente, mas carente de ação civilizatória. Cabe explicar o porquê desse pensamento, sua origem e quais hipóteses podemos tirar desses entendimentos acerca de como a região amazônica é mobilizada no pensamento geopolítico brasileiro.

Em primeiro lugar é preciso estabelecer o entendimento acerca das possíveis origens do pensamento de Golbery e Meira Mattos. Em ambos os casos, a base encontra-se no imaginário geopolítico. A geopolítica pode ser considerada um conjunto de teorias ou um campo de estudos que começa a se desenvolver na virada do século XIX para o início do XX. Essa área fundamenta-se numa relação entre conceitos da Geografia, da História, da Teoria Política e das Relações Internacionais, sobretudo com enfoque nas teorias realistas. Dessa maneira, a geopolítica aplica as reflexões dessas áreas das ciências humanas à uma lógica de expansão estatal ou de auxílio à "formulação da política estratégica nacional [...] visando fornecer elementos que possibilitem, dentro de uma estratégia global de planejamento, dotar o país de certo poder, auxiliando-o a desempenhar papel de realce no concerto internacional" (Miyamoto, 1995, p.12).

Nessa lógica, é possível estabelecer uma distinção entre a Geopolítica e a Geografia Política. A segunda está relacionada aos estudos da geografia sobre os problemas de fronteira, distribuição e relação entre os Estados ao redor do mundo. No caso da primeira, como já apontado acima, seria "um saber engajado, comprometido com um pensamento e objetivos políticos, embora analisando o Estado como produtor de um espaço, ela não tem um rigoroso critério científico" (Andrade, 1989, p.8). Observa-se também que os estudos geopolíticos tendem a guardar uma visão realista das relações internacionais, onde a razão de Estado ganha importância central, embora muitas vezes escondida através de determinados pretextos, serve em fim último para legitimar as ações do próprio Estado.

Em suma, a geopolítica "subordina a política internacional dos Estados-Nação ao fator geográfico" (Miyamoto, 1995, p.14). Nesse sentido, esse campo de estudos utiliza uma aplicação de aspectos teóricos da geografia à política ou mesmo instrumentaliza as noções da geografia a uma determinada teoria política de tendência expansionista, podendo ou não mobilizar uma perspectiva determinista geográfica. Em termos de autores, o pensamento geopolítico tem relação com geógrafos, militares e professores europeus e Norte-americanos que produziram entre fins do século XIX e início do XX. Intelectuais como o inglês Halford Mackinder, o estadunidense Alfred T. Mahan, os germânicos Friedrich Ratzel e Karl Haushofer, assim como o sueco Rudolf Kjellén, a quem se atribui o primeiro uso do termo geopolítica em

1899 em publicação da revista Ymer (Miyamoto, 1995, p. 21).

No caso do Brasil, o pensamento geopolítico ganhou força e formulação a partir de fins dos anos de 1920. Um dos primeiros nomes de expressão a mobilizar os autores europeus e propor uma geopolítica brasileira foi o engenheiro fluminense Everardo Backheuser (1879-1951). No campo militar a notoriedade dos estudos geopolíticos ocorreu a partir da década de 1930 com a publicação de *Projeção continental do Brasil* (1938) do então capitão do Exército brasileiro Mário Travassos (1891-1973). Apesar da origem nos anos 1920, foi nas décadas de 1950, 1960 e 1970 que esse tipo de pensamento teve seu auge, principalmente através da produção da Escola Superior de Guerra (ESG).

É correto afirmar também que a variante brasileira da geopolítica foi constituída a partir da apropriação dos autores europeus e sua adaptação às questões locais, criando dessa maneira uma vertente *sui generis*. Autores militares como Mário Travassos, Golbery e Meira Mattos fizeram uma junção das diversas linhas teóricas da geopolítica, juntando por exemplo Mackinder com Ratzel e Haushofer. O caráter por vezes determinista visto nesses autores foi consideravelmente reduzido no caso nacional. O expansionismo agressivo externo foi transformado na concepção de ocupação interna vinculada a uma lógica de modernizadora. Embora também não desistam de pensar aspectos relativos à política externa, Mário Travassos, através da geopolítica, propõe uma projeção continental para o Brasil, Golbery do Couto e Silva aponta a questão da segurança hemisférica e Carlos de Meira Mattos uma projeção mundial para o país.

O que importa aqui é demonstrar que o pensamento geopolítico serviu de substrato central para o imaginário militar brasileiro, sobretudo após a II Guerra Mundial, constituindo assim uma espécie de teoria da modernização conservadora para intelectuais militares como Golbery do Couto e Silva e Carlos de Meira Mattos. Nesse sentido, o imaginário geopolítico teve um papel próximo ao que outras teorias e doutrinas tiveram para setores do Exército, a exemplo da filosofia positivista na segunda metade do século XIX e início do século XX. O pensamento geopolítico contribuiu desta forma como um arcabouço teórico modernizador-conservador e autoritário para a intervenção da corporação militar na política brasileira. A geopolítica encaixou-se perfeitamente como "fermento ideológico" para as pretensões de setores da intelectualidade militar.

Em *Forças armadas e política no Brasil* (2005), José Murilo de Carvalho analisa a trajetória intelectual de Juarez Távora (1898-1975) e demonstra o papel desse militar na formulação de uma linhagem de pensamento conservador-reformista. Nesse sentido, Távora encarnou de modo exemplar essa tradição que tem uma de suas origens mais imediatas no próprio tenentismo. Nosso apontamento segue essa lógica, mostrando justamente a relação do papel do pensamento geopolítico com essa tendência reformista que se baseia numa lógica de modernização conservadora e autoritária. Juarez Távora nasceu numa geração anterior a de Golbery e Meira Mattos, mas teve papel central no pensamento militar, sobretudo dentro da ESG desde a sua fundação na década de 1940. Conforme apontado acima, a geopolítica acaba se fundindo ou servindo de fermento ideológico para atualizar aspectos de uma

linhagem política pregressa, seja presente em autores civis, sejam militares.

Nesse sentido, a apropriação do pensamento geopolítico acaba casando-se muito bem com aquilo que Christian Lynch (2021) denominou de “conservadorismo estatista”. Uma linhagem intelectual brasileira que pode ser encontrada também em parte da oficialidade do Exército brasileiro (*Ibidem*, p.17).⁹ Nesse caso, essa tradição intelectual seria uma variação da ideologia política conservadora que “identifica fragilidades na formação social brasileira e aposta no Estado centralizado como motor da segurança e do desenvolvimento nacionais” (Lynch, 2021, p. 17). Para essa perspectiva, o Estado passa a ter o papel de mantenedor prioritário da ordem, mas também de modernização da sociedade e do país.

A geopolítica militar brasileira consolida-se assim como uma teoria brasileira da modernização conservadora. É importante frisar que autores desta linhagem tenderiam a enxergar a sociedade civil como amorfa, fraca e conflituosa, daí a importância do Estado como agente modernizador. Algo presente, seja em maior ou em menor grau, em Juarez Távora, Golbery do Couto e Silva e Carlos de Meira Mattos.

Um outro ponto ressaltado pelo autor, está no fato do conservadorismo estatista ser uma variação ideológica presente sobretudo em países periféricos, onde existe certo imaginário no pensamento político que se ampara na ideia de atraso. Neste caso, uma elite intelectual e política deveria capitanear a ação do Estado em favor de uma modernização pelo alto, controlada, mantendo a ordem e determinadas hierarquias. No caso da geopolítica militar, essa elite intelectual dirigente seria justamente o Exército, visto como uma instituição nacional, expressão maior da nacionalidade e alheio a interesses partidários.

Como a sociedade é vista como amorfa, se faz necessário a ação de vanguardas ou elites técnicas esclarecidas para modernizar aquilo que é visto como atrasado. Daí o forte sentido de renovação na reflexão dos autores: ocupar, criar estradas, civilizar, desenvolver e etc. Não por acaso o uso dos conceitos, categorias e metáforas remetem diretamente a um projeto de superação do chamado subdesenvolvimento. É a partir dessa linhagem de pensamento que a geopolítica ganha o contorno de base para uma teoria da modernização conservadora militar. A utilização dos recursos naturais potencializa o desenvolvimento da economia brasileira, levando-a ao processo de crescimento. A floresta é vista numa lógica utilitarista, enquadrada dentro de um planejamento maior assentado em supostas aspirações nacionais. Nessa perspectiva, a não exploração da região ou sua “não integração” ao país, levaria o Brasil a manter sua condição de subdesenvolvimento e periferia.

A própria relação do conservadorismo estatista, mobilizado pelos intelectuais militares através da leitura de autores como Juarez Távora, Euclides da Cunha, Oliveira Vianna e Alberto

9 É importante salientar que quando afirmamos a relação com o conservadorismo estatista não pretendemos reduzir o pensamento dos autores aqui estudados meramente a tipologias. De fato, há certa proximidade entre a produção de Golbery e Meira Mattos, inclusive o segundo foi leitor do primeiro, assim como ambos foram leitores de Euclides da Cunha e Mário Travasso. Não obstante, por uma questão de limitação técnica e também de enfoque temático, não seria possível abordar com profundidade as apropriações e filiações dos autores estudados. Tal questão requer outro artigo.

Torres corrobora com a nossa perspectiva de denominar os oficiais aqui estudados como "intelectuais militares". Esses autores foram produtores e organizadores de ideias e uma determinada noção de Estado, servindo como mediadores do pensamento da corporação militar para a sociedade brasileira através de aparelhos como a ESG. Estavam vinculados também diretamente a uma corporação estatal, daí a ideia de serem "intelectocratas" conforme denominação proposta por Daniel Aarão Reis (2006, p.13).

É bem verdade que a defesa de um suposto uso racional ou uma visão que toma a região amazônica como um sertão a partir de um entendimento metafórico não é uma grande novidade ou uma exclusividade dos militares. Nem mesmo boa parte dos temas mobilizados pelos autores através do pensamento geopolítico são uma total novidade. Conforme já apontamos inicialmente, temas como ocupar os sertões e as fronteiras, colonizar a Amazônia, superar o atraso, dentre outras, são recorrentes no pensamento político brasileiro desde o século XIX. Questões essas que são mobilizadas de formas distintas a partir das diversas linhagens intelectuais.

A geopolítica não inova ao tratar o tema da Amazônia. O enfoque região pelos militares não têm início apenas no pós-Guerra. É possível recuar no tempo e demonstrar que a Amazônia vem aparecendo, em maior ou menor grau, desde o século XIX nas preocupações do Exército. Guardadas evidentemente as singularidades históricas, o interesse pela região amazônica figurou não só na pena de intelectuais conservadores, mas também em ações concretas que ocorreram desde meados do século XIX. É possível recuar até mesmo aos interesses militares e exploratórios na região desde o período colonial, principalmente a partir da invasão francesa na região do atual Maranhão em 1612. Fato que levou o governo português, então sob comando espanhol, e os poderes locais a construírem expedições de reconhecimento e exploração e defesa da região. Posteriormente a Coroa portuguesa chegou a organizar os famosos tratados de fronteiras, a exemplo de Utrecht (1713) e Madri (1750) (Castro; Souza, 2006, p. 41-42).

Apesar da possibilidade de recuar no tempo, não seria correto do ponto de vista histórico demarcar o período colonial dentro deste trabalho. Uma vez que como bem aponta Celso Castro e Adriana Barreto de Souza, nos tempos de colônia não é possível afirmar a existência um "Exército brasileiro" ou de uma força militar nacional, nem mesmo existia um país independente constituído. O que existiu foram forças militares ligadas à Coroa portuguesa, ao governo colonial ou a interesses privados. Por isso, ao falar de interesse do Exército para com a região norte e amazônica, é preciso a demarcação a partir da Independência em 1822 (*Ibidem*, 33-35).

Partindo desta ressalva, pensando a partir do período Imperial, é possível apontar algumas ações em relação a Amazônia. Podemos citar a criação de colônias militares na região Norte no período do Segundo Reinado, com destaque para a Colônia Militar Pedro II e São João d'Araguaia. Esses aldeamentos possuíam o objetivo de povoar a região e iniciar algum tipo de atividade produtiva agrária (Cf. Nunes, 2012, p. 7-8; Faria, 2011). Continuando neste período, o Império também manteve uma política de restrição e fechamento dos rios

amazônicos, impedindo a livre navegação na região.

Uma outra preocupação advinda do período imperial que adentra a República foi a busca de tratados visando constantemente a delimitação das fronteiras norte. Os tratados de delimitação das fronteiras com as Guianas visavam frear a chamada cobiça internacional sobre a região, materializada nos interesses anglo-franceses. Questão essa que ganhou enfoque na virada do século XIX para o XX com a disputa pela fronteira com a Guiana Francesa. Os franceses possuíam o interesse de estender as suas fronteiras até as margens do rio Amazonas, afetando desta forma o domínio brasileiro na região. Essa questão só foi resolvida em 1900 após arbitramento internacional favorável ao Brasil (Doratioto; Vidigal, 2021, p. 41).

A própria incorporação do Acre pelo governo brasileiro ocorre a partir da preocupação diplomática e militar em relação a região após a Bolívia iniciar o arrendamento da localidade a uma entidade internacional controlada por especuladores ingleses e norte-americanos, o *Bolivian Syndicate*, visando fazer frente aos movimentos separatistas da região (Doratioto; Vidigal, 2021, p. 44). Ainda no período republicano é possível citar também a Marcha para o Oeste organizada ao longo dos anos 1930 e 1940 no período da Era Vargas.

Diante desse constante interesse pela região, que se materializou em maior ou menor grau de acordo com as políticas implementadas. Qual seria a diferença apresentada pela geopolítica então? Seria esse tipo de pensamento um “museu de grandes novidades? O primeiro ponto a ser ressaltado está no fato que em termos de linhagens intelectuais, não há rupturas estanques ou singularidades únicas. As ideias, por mais novidades que possam mobilizar, em alguma medida sempre recuperam aspectos já presentes dentro de uma determinada imaginação social pregressa.

Nesse sentido, o pensamento geopolítico acaba por condensar uma série de concepções e imaginários existentes no pensamento brasileiro desde o século XIX, algo já apontado anteriormente no início deste artigo. É verdade que temas como fronteiras, sertão, ocupação do interior são mobilizados a partir de uma nova linguagem política, centrada em questões das Relações Internacionais e em conceitos predominantes no contexto do pós-Guerra, tal como desenvolvimento, subdesenvolvimento e modernização (Guimarães, 2001, p. 157).

Para além desse aspecto, a grande diferença encontra-se justamente no uso do arcabouço teórico centrado nas premissas da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) e na relação com o imaginário do “Brasil potência”. Essas são as duas grandes inflexões que conferem sentido próprio para a perspectiva militar ou esguiana sobre a Amazônia. A questão da segurança nacional, aliada a uma espacialização do futuro é central para a compreensão da singularidade desse tipo de pensamento militar. A própria obra de Golbery estabelece uma relação muito mais evidente a esta ligação, inovando em relação aos autores geopolíticos dos anos 1930, tais como Mário Travassos (1891-1973), que chega a mencionar a região amazônica, porém se restringe a uma questão de ordem diplomática e econômica,

Foi a produção de Golbery que transformou as reflexões da geopolítica brasileira na “base fundamental da constituição da Doutrina de Segurança Nacional” (Oliveira, 2018, p.

130). Nessa perspectiva, a ocupação das áreas tidas como vazias ou mesmo seu desenvolvimento representam uma forma de garantir a segurança externa do país frente a possíveis invasões externas ou mesmo a ação do comunismo. Um país com inúmeros problemas de ordem socioeconômica seria a porta de entrada para a expansão de ideias tidas como subversivas e comunistas. Partindo dessa lógica, o desenvolvimento e o territorialismo estão submetidos à lógica maior da Segurança Nacional. Seja na obra de Golbery, quanto na de Meira Mattos, não é possível pensar de forma apartada o processo de ocupação interna e "integração da Amazônia" sem a lógica das preocupações de segurança nacional típicas do período da Guerra Fria. Nota-se claramente a relação entre geopolítica e Doutrina de Segurança Nacional (DSN), em grande medida essa também é uma das diferenças do pensamento geopolítico brasileiro em relação aos seus cânones europeus.

O ferramental geopolítico possibilita uma reflexão dentro dos marcos de um pensamento tido como científico, contribuindo para uma teoria brasileira, e sobretudo militar, da modernização conservadora. Já a DSN, que teve Golbery como um de seus formuladores, acaba norteando a reflexão da geopolítica brasileira como um princípio. Nesse sentido, "a geopolítica fornece à Doutrina de Segurança Nacional duas importantes contribuições: dá um fundamento científico (ou pseudocientífico) a seu conceito de Nação e a seu conceito de bipolaridade" (Comblin, 1980, p. 22).¹⁰ Como é possível observar, a geopolítica serve tanto de substrato teórico para a concepção de segurança nacional. Mas também contribui diretamente para a noção de bipolaridade hemisférica presente no período da Guerra Fria. Nesse sentido, não é possível pensar a ideia de desenvolvimento dos militares estudados aqui apartada da concepção de segurança nacional. A DSN rompe com uma separação entre política interna e externa, ambas passam a fazer parte da mesma preocupação.

O desenvolvimento é fundamental para a segurança nacional, sem esse processo econômico o país permaneceria atrasado e subdesenvolvido, portanto sujeito a infiltração de grupos revolucionários e a disputas internas. O inverso também seria um problema, o desenvolvimento sem a ideia de segurança nacional não contribuía para o engrandecimento do país e também deixava o Brasil imune a grupos aproveitadores. Ambos deveriam caminhar juntos em direção a construção do Brasil grande.

No que se refere a defesa de um "aproveitamento racional dos recursos" os autores partem da premissa que embora tenha existido certa exploração humana na região amazônica, esse tipo de utilização não estava inserido numa lógica maior de planejamento. Inclusive as tentativas anteriores contribuíram para o desperdício e a destruição desenfreada de tipo colonial. A exploração "racional" da Amazônia seria aquela feita em vista do desenvolvimento nacional, por agentes brasileiro, organizada, planejada e direcionada pelo Estado e pelo capital nacional. Daí o suposto sentido positivo desse tipo de argumentação na produção de Golbery e Meira Mattos, o aproveitamento "racional" com a exploração dos recursos minerais e

10 Em relação à discussão sobre modernização conservadora, ver Moore Junior (1975).

naturais da região amazônica seria condição *sine qua non* para a construção do Brasil potência.

Em relação a ideia de uma "expansão interna", neste caso direcionada para a região amazônica, e o exercício do futuro representaria o próprio sentido da brasilidade. Garantir o tamanho do Brasil seria justamente uma forma de num futuro possível utilizar os imensos recursos naturais para o projeto de projeção política e econômica. Nessa perspectiva, é o controle ou exercício do poder sobre o território que possibilita a construção do futuro. Para o general Meira Mattos, o Brasil e a China seriam grandes potências do futuro nos anos 2000, justamente pela existência de "suas dimensões continentais, seu posicionamento face a grandes oceanos [...] potencialidade agrícolas e minerais incalculáveis, no interior e na plataforma marítima" (1975, p. 83-84).

Não por acaso o "Homem" aparece como elemento central. É o Ser-humano que transforma e controla a natureza visando seu próprio benefício, neste caso objetivando o desenvolvimento para a construção da "grande nação". A exploração do ambiente amazônico está inserida numa premissa maior, numa utopia moderna de "grande nação". O argumento dos autores está imbuído de noções que ligam liberdade, desenvolvimento e crescimento econômico com território. O que leva a compreender que a temporalização futura está inscrita no espaço amazônico. Isto é, a condição da realização do futuro, tido como promissor, está justamente na sua espacialização. Daí a necessidade de ocupação e exploração da região.

A análise da produção de Golbery do Couto e Silva e Carlos Meira Mattos acaba por confirmar o sentido moderno e modernizante do pensamento geopolítico brasileiro constituído por um imaginário assentado na ideia de espaço e futuro, embora em simbiose com uma perspectiva política conservadora ligada a Doutrina de Segurança Nacional, uma vez que a geopolítica "é o fundamento racional dos projetos de político" (Comblin, 1980, p.25). Como já afirmamos acima, a condição de realização do futuro está na sua espacialização através da exploração da região amazônica. Diante deste fato, podemos apontar o caráter altamente territorialista do pensamento geopolítico brasileiro. O domínio e o controle do espaço geográfico estão relacionados diretamente a um fim utilitário, sejam econômicos, políticos ou militares.

Corroborando com nosso apontamento, numa perspectiva semelhante, o filósofo francês Pierre Charbonnier aponta que um dos traços do pensamento moderno está na "vontade de modernização [que] se exprime com efeito sob a forma de uma dupla injunção, uma orientada para a abundância, a outra para a liberdade" (2021, p. 37). Ou seja, a modernidade teria sido fundada através da relação entre abundância dos recursos naturais e liberdade. Para a garantia e reprodução da segunda, seria fundamental a utilização dos recursos naturais, sempre vistos como abundantes e quase infinitos. Nessa lógica, o exercício da liberdade e da autonomia humana estão amplamente relacionadas à concepção do uso desenfreado dos recursos naturais, onde o exercício do "poder é sempre um geopoder" (*Ibidem*, p.47).

Nessa perspectiva, é possível compreender o imaginário geopolítico como parte de um conjunto de ideias Modernas, neste caso assentada sobre a perspectiva militar. No caso

estudado aqui, a autonomia e a liberdade estão relacionadas à construção do Estado-nação grandioso. Um país forte é aquele que também consegue agir com autonomia na política internacional e para tal o aproveitamento total do solo é ponto central. Por fim, é fundamental chamar atenção que o caráter territorialista ligado a ideia de tempo futuro presente no pensamento geopolítico leva a uma outra compreensão da identidade nacional brasileira. No pensamento de Golbery e Meira Mattos, a identidade nacional não está baseada exclusivamente numa certa idealização do passado, se orienta sobretudo em direção ao futuro. Embora as políticas de identidade nacional tenham tendência em mobilizar, de forma anacrônica, uma relação entre passado e presente. No caso aqui estudado, a ênfase no futuro é mais recorrente e intensa.

É no futuro que se realiza a verdadeira vocação da nação brasileira, a de ser grandiosa. Como bem afirma Meira Mattos "a apreciação dos atributos essenciais de potência [...] revela a nós brasileiros, que possuímos todas as condições para aspirarmos a um lugar entre as grandes potências do mundo" (1975, p. 72). Nesta chave, o futuro aparece como redentor de uma condição passado-presente encarada como negativa, pois "todos os sacrifícios terão justa compensação" (*Ibidem*, p. 106). Portanto, não é um absurdo afirmar assentado sobre o domínio e controle sobre a terra e da natureza, que é sempre encarada "como uma das condições de possibilidade da temporalização do Estado-nação, servindo como a garantia de um futuro de abundância" (Turin, 2022, p.97). A ideia da grande nação futura não deixa de ser uma compensação redentora de um passado visto como expressão do atraso e um presente com fortes permanências do subdesenvolvimento, ainda que em momento de transição.

Para uma síntese (in)conclusiva

Em síntese este artigo procurou demonstrar uma das faces, talvez a mais central, do pensamento geopolítico brasileiro do pós-II Guerra Mundial (1939-1945). É bem verdade que essa variação do nosso pensamento político possui outras características importantes que pelas restrições de um artigo não foram possíveis de serem abordadas, pelo menos com a profundidade com que merecem.

No que se refere à ideia de integração da Amazônia, é importante lembrar que essa perspectiva se transformou em uma série de políticas públicas. Seja ao longo da Ditadura Civil-Militar (1964-1985), seja no período posterior a democratização. É possível citar alguns exemplos: a fundação da Superintendência do desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), criada em 1966, a construção do Polo Industrial de Manaus, o famoso Projeto Calha Norte e de forma mais recente, a polêmica construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, próximo a bacia do rio Xingu no Pará. Demonstrando assim a permanência constante da lógica utilitarista e modernizadora até os dias atuais.

Como foi possível observar, o imaginário geopolítico compõe uma das linhagens do pensamento político brasileiro que possui uma forte visão positiva do tempo futuro. Não é o

único, mas foi um dos que mais advogaram a possibilidade da construção de uma grande potência econômica, política e militar. É bem verdade que essa perspectiva de tempo se baseou numa lógica extremamente autoritário e conservadora. Para esses autores militares, o tempo do Estado-nação deve submeter hierarquicamente as outras temporalidades, a da floresta, dos povos indígenas e das classes subalternas. Demonstrando assim o caráter político de viés dominador quando se nega a experiência do tempo do outro. Como bem lembra Maria Inés Mudrovic, aquele quem se quer dominar é sempre o "não simultâneo", "o outro é anacrônico" (2018, p. 10).

Referências

ARRUDA, Antônio de. *A Escola Superior de Guerra*. 2ª ed. Brasília: INL, 1983.

ANDRADE, Manuel Correia de. *Geopolítica do Brasil*. São Paulo: Ática, 1989.

AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p. 145-151, 1995.

BECKER, Bertha. Geopolítica da Amazônia. *Estudos Avançados*, v. 19, n. 53, 2005.

BRANDÃO, Gildo Marçal. *Linhagens do pensamento político brasileiro*. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

CAVALCANTE, Rony Prudente. *O processo de integração da Amazônia: uma análise do papel do exército brasileiro*. 2014. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal Fluminense, Niterói (RJ), 2014.

CARVALHO, José Murilo de. O motivo edênico no imaginário social brasileiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 13, n. 35, 1998.

CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e política no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

CHARBONNIER, Pierre. *Abundância e liberdade: uma história ambiental das ideias políticas*. São Paulo: Boitempo, 2021.

CASTRO, Celso; BARRETO SOUZA, Adriana. A defesa militar da Amazônia: entre história e memória. In: CASTRO, Celso (Org.). *Amazônia e Defesa Nacional*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

CPDOC-FGV. Escola Superior de Guerra. (Verbete). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. [Recurso Eletrônico]. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/escola-superior-de-guerra-esg>. Acesso em: 15 jun. 2022.

COMBLIN, Joseph. *A ideologia da Segurança Nacional: o poder militar na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980

COSER, Ivo. *Visconde do Uruguai: centralização e federalismo no Brasil (1823-1866)*. Belo Horizonte; Rio de Janeiro: IUPERJ; Ed. UFMG, 2008.

DINIZ, Eugenio. *O projeto calha Norte: antecedentes políticos*. 1994. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo 1994.

DORATIOTO, Francisco; VIDIGAL, Carlos Eduardo. *História das Relações Internacionais do Brasil*. São Paulo: Saraiva, 2021.

FARIA, Regina Helena de Martins. Civilizar e desenvolver: duas faces da intervenção militar em áreas internas do Brasil, séculos XIX e XX. *Clio – Revista de Pesquisa Histórica*, v. 29, n. 2, 2011.

FELDMAN, Luiz. *Mar e Sertão: ensaios sobre o espaço no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2023.

FRANKLIN, Cleber Batalha. Geopolítica dos Governos Militares para a Amazônia Brasileira. *Olhares Amazônicos*, Boa Vista, v. 2, n. 1, p. 332-347, jan.-jul. 2014.

FREITAS, Jorge Manoel da Costa. *A Escola Geopolítica Brasileira: Golbery do Couto e Silva, Carlos de Meira Mattos e Therezinha de Castro*. Rio de Janeiro: Bibliex, 2004.

GRAMSCI, Antonio. O problema da direção política na formação e no desenvolvimento da nação e do Estado moderno na Itália. In: SADER, Emir; JINKINGS, Ivana (Orgs.). *Antologia do pensamento de esquerda*. São Paulo: Boitempo, 2012.

KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do Tempo: estudos sobre História*. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-RJ, 2014.

LEINER, Piero de Camargo. O Exército e a Amazônia: uma análise de monografias da Eceme. In: CASTRO, Celso (Org.). *Amazônia e Defesa Nacional*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil*. 2ª Ed. São Paulo: Hucitec, 2013.

LYNCH, Christian Edward C. Absolutismo ilustrado e formação do imaginário imperial brasileiro no Antigo Regime (1750-1820). *Cadernos de Estudos Estratégicos*, Rio de Janeiro, n. 1, 2021.

MAIA, João Marcelo Ehlert. *A terra como invenção: o espaço no pensamento social brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

MATTOS, Carlos de Meira. *Brasil: geopolítica e destino*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1975.

MATTOS, Carlos de Meira. *Uma geopolítica pan-amazônica*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.

MUDROVICIC, Maria Inés. Políticas del tiempo, políticas de la historia: ¿quiénes son mis contemporáneos? *Art Cultura*, Uberlândia (MG), v. 20, n. 36, p. 7-14, jan.-jun. 2018

MIYAMOTO, Shiguenoli. *Geopolítica e poder no Brasil*. São Paulo: Papirus, 1995.

MIYAMOTO, Shiguenoli. Amazônia, militares e fronteiras. In: OLIVEIRA, João Pacheco de (Org.). *Projeto Calha Norte: militares, índios e fronteiras*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1990.

MOORE JUNIOR, Barrington. *As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno*. São Paulo: Martins Fontes, 1975.

MUNDIN, Luiz Felipe César. *Juarez Távora e Golbery do Couto e Silva: Escola Superior de Guerra e a Organização do Estado Brasileiro (1930-1960)*. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiás, 2007.

NUNES, Francivaldo Alves. Aspectos da colonização militar no Norte do Império: povoamento, segurança, defesa do território e conflitos. *Revista brasileira de História Militar*, Rio de Janeiro, Ano III, n. 7, abr. 2012

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Americanos: representações da identidade nacional no Brasil e nos EUA*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

OLIVEIRA, Adriano Moura. Grande só o Brasil: as regiões platina e amazônica no centro do pensamento geoestratégico do Estado. *Revista Brasileira de Estudos de Defesa*, v. 5, n. 1, p. 115-138, jan.-jun. 2018.

REIS, Daniel Aarão. À procura de modernidades alternativas: a aventura política dos intelectocratas russos em meados do século XIX. In: RIDENTI, Marcelo; BASTOS, Elide Rugai; ROLLAND, Denis (Orgs.). *Intelectuais e Estado*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.

SEBASTIÁN, Javier Fernández. Metáforas. In: *Historia conceptual en el Atlántico ibérico: lenguajes, tiempos, revoluciones*. Madrid: FCE, 2021.

SILVA, Golbery do Couto e. *Conjuntura política nacional: o poder executivo e geopolítica do Brasil*. 3ª ed.

Rio de Janeiro: José Olympio, 1981. [1958].

SILVA, Golbery do Couto e. *Aspectos geopolíticos do Brasil*. Rio de Janeiro: Coleção Taunay; Biblioteca do Exército, 1957.

STM. Superior Tribunal Militar. Diretoria de Documentação e Gestão do Conhecimento. Coletânea de informações: Rodrigo Octávio Jordão Ramos. Brasília, 2019. Arquivos disponíveis na Seção de Museu. Disponível em <https://dspace.stm.jus.br/>. Acesso em: 25 out. 2023.

TURIN, Rodrigo. País do futuro? Conflitos de tempos e historicidade no Brasil contemporâneo. *Estudos Avançados*, USP, v. 36, n. 105, maio-ago. 2022.

WEGNER, Robert. *A conquista do Oeste: a fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.